



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 0420/2019 – 7ª PJ/GZM [78]
Procedimento Administrativo nº MPPR-0059.19.000928-8¹

Guarapuava/PR, 15 de maio de 2019

Excelentíssimo Senhor:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por meio do promotor de justiça ao final assinado, visando a instrução do procedimento institucional finalístico acima indicado, com arrimo no art. 26, I, “b”, da Lei nº 8.625/1993², e ainda no art. 58, I, “b” da Lei Complementar nº 85/1999 do Estado do Paraná³, encaminha a Vossa Excelência a Recomendação Administrativa nº 16/2019 e requisita resposta nos seguintes prazos, contados do recebimento deste:

- 1) Em **10 (dez) dias úteis** que informe acerca do acatamento desta Recomendação;
- 2) Em **60 (sessenta) dias** que encaminhe documentos comprobatórios das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Laryssa Camargo Honorato Santos
Promotora de Justiça

Promotor(a) de Justiça de Entrância Final

À Sua Excelência,
O Senhor VICENTE WOGNEI
Chefe do Poder Legislativo do Município de Campina do Simão
Rua João Ferreira Neves, 3462 – Centro, Campina do Simão/PR
85148-000

- 1 **ATENÇÃO:** Ao responder favor indicar esses números, o deste ofício e do procedimento a que se refere.
- 2 Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:
I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:
(...)
b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 3 Art. 58. Os membros do Ministério Público, no exercício de suas funções, poderão:
I - instaurar inquéritos civis e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:
(...)
b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, de órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios.

SECRETARIA UNIFICADA
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE GUARAPUAVA
Av. Manoel Ribas, 500, Edifício do Fórum - Guarapuava/PR – CEP 85.070-180
☎ 42.3622-4706 | guarapuava.secretaria@mppr.mp.br

p. 1 de 1



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

7ª Promotoria de Justiça de Guarapuava
Av. Manoel Ribas n.º 500, Santana, Guarapuava. CEP 85.070-180. Telefone (42) 3622-4706

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA n. 16/2019

(Procedimento Administrativo nº MPPR-0059.19.928-8)

CONSIDERANDO que tramita nesta 7ª Promotoria de Justiça de Guarapuava o Procedimento Administrativo em epígrafe, com o seguinte objeto “*Recomendar aos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios da Comarca de Guarapuava a publicidade, por meio do Portal de Transparência, das Recomendações Administrativas expedidas pela 7ª Promotoria de Justiça*”;

CONSIDERANDO que o art. 37 da Constituição Federal estatui que a Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, **publicidade**, moralidade e eficiência;

CONSIDERANDO que o Princípio da Publicidade possui duas facetas perseguidas no âmbito do interesse público, quais sejam, a efetivação da transparência das atividades de gestão pública desenvolvidas pelo Administrador Público, consubstanciada por meio da publicidade dos atos administrativos, bem como a fiscalização social alcançada por meio dessa divulgação;

CONSIDERANDO que o art. 6º, inciso XX da Lei Complementar nº 75/1993 (que dispõe sobre as atribuições do Ministério Público) menciona que:

Art. 6º Compete ao Ministério Público da União:

XX - expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis.

CONSIDERANDO que o art. 27, parágrafo único, inciso IV da Lei nº 8.625/1993 também dispõe:

Art. 27. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

(...)

IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

7ª Promotoria de Justiça de Guarapuava
Av. Manoel Ribas n.º 500, Santana, Guarapuava. CEP 85.070-180. Telefone (42) 3622-4706

CONSIDERANDO que a resolução nº 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro, menciona que:

Art. 2º A recomendação rege-se, entre outros, pelos seguintes princípios:

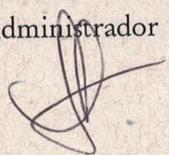
- I - motivação;
- II - formalidade e solenidade;
- III - celeridade e implementação tempestiva das medidas recomendadas;
- IV - **publicidade**, moralidade, eficiência, impessoalidade e legalidade;
- V - máxima amplitude do objeto e das medidas recomendadas;
- VI - garantia de acesso à justiça;
- VII - máxima utilidade e efetividade;
- VIII - caráter não-vinculativo das medidas recomendadas;
- IX - caráter preventivo ou corretivo;
- X - resolutividade;
- XI - segurança jurídica;
- X - a ponderação e a proporcionalidade nos casos de tensão entre direitos fundamentais.

CONSIDERANDO que o art. 9º dessa mesma Resolução também dispõe que:

Art. 9º O órgão do Ministério Público poderá requisitar ao destinatário a adequada e imediata divulgação da recomendação expedida, incluindo sua afixação em local de fácil acesso ao público, se necessária à efetividade da recomendação.

CONSIDERANDO que, conforme anteriormente exposto, a publicidade se trata de um dos princípios que disciplinam a Recomendação Administrativa e embora a requisição da divulgação da Recomendação se constitua em decisão do agente ministerial, é conclusão lógica que se trata de dever do administrador público levar ao conhecimento dos agentes públicos responsáveis, que desenvolvem as funções públicas objeto da recomendação, a orientação repassada, perfectibilizando, no mínimo e por conseguinte, a publicidade interna do recomendado;

CONSIDERANDO que a divulgação pública - não só interna - das Recomendações Administrativas expedidas pelo Ministério Público se constitui em ferramenta de fiscalização social - conforme anteriormente anotado - em face do recomendado, em cotejo com a atuação administrativa do Administrador público, denota-se que a inserção das Recomendações anteriormente expedidas e





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná
7ª Promotoria de Justiça de Guarapuava

Av. Manoel Ribas n.º 500, Santana, Guarapuava. CEP 85.070-180. Telefone (42) 3622-4706

com efeito permanente, no referido Portal de Transparência, se trata de conduta administrativa que ratifica o atendimento ao Princípio Constitucional da Publicidade (art. 37, *caput*), norteador da Administração Pública, bem como, por conseguinte, ao próprio interesse público;

CONSIDERANDO o contido no art. 127, da Constituição Federal, que dispõe que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO o estabelecido no art. 129, inciso II, da Constituição Federal, bem como no art. 120, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná, que atribuem ao Ministério Público a função institucional de “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”;

CONSIDERANDO o art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/1993, anteriormente citado, o qual faculta ao Ministério Público **expedir recomendação administrativa** aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n. 85/1999, em seus artigos 67, § 1º, inciso III, e 68, inciso XIII, item 10, dispõe que ao Promotor de Justiça incumbe, respectivamente, “atender a qualquer do povo, ouvindo suas reclamações, informando, orientando e tomando as medidas de cunho administrativo ou judicial”;

CONSIDERANDO a necessidade de submissão dos atos administrativos ao controle do Tribunal de Contas e outros órgãos legitimados, incluindo-se o Ministério Público;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por sua Promotora de Justiça adiante assinada, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), na forma do art. 58, inciso VII, da Lei Complementar Estadual n. 85/1999 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná) c/c o art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar n. 75/1993 (Lei Orgânica do

7ª Promotoria de Justiça de Guarapuava
Av. Manoel Ribas n.º 500, Santana, Guarapuava. CEP 85.070-180. Telefone (42) 3622-4706

Ministério Público da União) e Resoluções n. 5525/2015 e 0877/2016 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado Paraná, e n. 164/2018 do Conselho Nacional do Ministério Público;

RECOMENDA ao Chefe do Poder Legislativo do Município de Campina do Simão, Luiz
Exedito Frigo, e/ou quem lhe venha suceder no cargo, que:

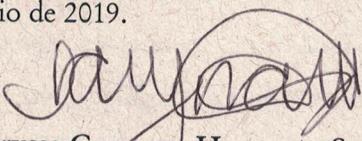
I. Determine a inserção, no prazo de 30 (trinta) dias, no Portal de Transparência da Câmara de Campina do Simão, de todas as Recomendações Administrativas expedidas pela 7ª Promotoria de Justiça, durante esta gestão e de gestões anteriores, com efeitos permanentes, visando dar-lhes publicidade;

II. A partir de então, insira-se automaticamente no Portal de Transparência da Câmara de Campina do Simão todas as Recomendações Administrativas expedidas pela 7ª Promotoria de Justiça, visando dar-lhes publicidade;

III. Informe sobre o acatamento desta Recomendação no prazo de 10 (dez) dias úteis e encaminhe documentos comprobatórios das medidas adotadas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da presente Recomendação.

O acatamento desta Recomendação não ilide a responsabilização civil e criminal por ilícitos por ventura detectados em face dos fatos, e seu descumprimento ensejará a atuação em prol da responsabilização dos agentes públicos pela detenção ou continuidade de eventual prática ilícita.

Guarapuava, 10 de maio de 2019.


Laryssa Camargo Honorato Santos
Promotora de Justiça